



Desmonte do Banco do Brasil é compromisso de Guedes: 'Tem de vender essa p* logo'

Já disse o ministro da Economia, Paulo Guedes, em reunião ministerial (22 de abril do ano passado): “O Banco do Brasil é um caso pronto de privatização”. Na ocasião, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, defendia que o governo aproveitasse a preocupação geral com a pandemia para passar a “boiada” do desmonte do Estado. Paulo Guedes, então, foi taxativo: “É um caso pronto e a gente não tá dando esse passo (...) Então tem que vender essa porra logo”.

E o ministro começa a soltar sua boiada de 2021. O Banco do Brasil anunciou hoje (11) o objetivo de demitir 5 mil funcionários até o início de fevereiro e desativar 361 unidades, entre as quais 112 agências e 242 postos de atendimento.

Desmonte do papel do Banco do Brasil

No comunicado desta segunda-feira, a direção do banco apresenta um plano de “redimensionamento de sua estrutura organizacional”. O plano inclui um “programa de adequação de quadros” (PAQ) e outro de “desligamento extraordinário” (PDE). “A estimativa do BB é que cerca de 5 mil funcionários venham a aderir aos dois programas de desligamento”, diz a nota, assinada pelo vice-presidente de Gestão Dinâmica e Relações com Investidores, Carlos José da Costa

André. O executivo diz que pretende informar ao mercado até 5 de fevereiro o total de adesões e seu impacto financeiro.

Nos últimos cinco anos, entre o início de 2016 e setembro de 2020, o BB já eliminou mais de 17 mil postos de trabalho. No mesmo período, fechou 1.058 agências. Enquanto isso, teve acréscimo de 9,5 milhões de clientes. De janeiro a setembro, obteve lucro líquido de R\$ 10,2 bilhões.

“Reduzir o atendimento representa um desmonte do papel social do Banco do Brasil, que é um banco público, aumentando as filas e dificultando o acesso. O idoso que tem conta no Banco do Brasil vai procurar outra instituição financeira para poder movimentar melhor a sua conta. Ele não vai sair do seu bairro para locais distantes para ser atendido”, diz o secretário de Assuntos Jurídicos do Sindicato dos Bancários de São Paulo, João Fukunaga, em entrevista do site da CUT.

Pressão pelo PDV

O dirigente, que é funcionário do BB, observa que o banco tem a sua maior carteira de clientes junto ao agronegócio, mas está abandonando o pequeno agricultor. “Em São Paulo, por exemplo, a prefeitura suspendeu os contratos com uma cooperativa para fornecimento de alimentos que compõem a merenda das escolas municipais.

Sem uma agência do BB próxima, esse agricultor vai procurar uma agência de um banco privado com taxas de juros extorsivas”, lamenta.

Fukunaga avalia que o BB pretende demitir bancários com mais tempo de cas. Segundo ele, uma das formas de pressão para que funcionários com esse perfil adiram ao “desligamento extraordinário” é rebaixar cargos e salários. “Um gerente que ganhe quatro, cinco vezes a mais do que um escriturário vai aceitar a demissão voluntária porque sabe que adiante pode perder o cargo, voltando a receber um salário bem menor, o que impactará na vida financeira dele e da família”, afirma o diretor do sindicato.

Também funcionário de carreira do BB, o ex-ministro Ricardo Berzoini vê no plano lançado hoje compromisso de Paulo Guedes com o mercado financeiro. “Guedes entrega aquilo que prometeu ao mercado (nas eleições de 2018). Destruir o setor público no sistema financeiro”, disse Berzoini em entrevista ao portal Fórum. Berzoini presidiu o Sindicato dos Bancários de São Paulo nos anos 1990. Foi eleito quatro vezes deputado federal e foi ministro da Previdência Social e do Trabalho no governo Lula. No governo Dilma, comandou os ministérios das Relações Institucionais, das Comunicações e a Secretaria de Governo.

Fonte: Rede Brasil Atual

Como ficam as regras para aposentadoria em 2021

A reforma da Previdência promulgada em novembro de 2019, já no governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL), impôs regras mais duras para os trabalhadores e as trabalhadoras da ativa e aos que ainda não entraram no mercado de trabalho.

Ao acabar com aposentadoria por tempo de contribuição e impor uma idade mínima, a reforma aumentou o tempo de contribuição (40 anos) para os homens que quiserem receber o teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que este ano subirá de R\$ 6.101,06 para R\$ 6.433,57, com o reajuste de 5,45% - índice da inflação em 2020. As mulheres precisam ter 35 anos de contribuição.

Antes para receber o teto, o trabalhador precisava contribuir por 35 anos (homens) e 30 anos (mulheres), e pagar de acordo com o valor máximo do INSS.

Regras de pontuação

O governo também instituiu idades mínimas para as regras de pontuação para quem já estava prestes a alcançar o tempo máximo de contribuição. Para se aposentar pela regra de pontos (a cada ano a pontuação necessária sobre um ponto), é preciso que a soma da idade mais o tempo de contribuição resulte em:

Para mulheres: 88 pontos (soma da idade + 30 anos de tempo de contribuição). Neste caso uma mulher precisa ter no mínimo 58 anos de idade.

Para homens: 98 pontos (soma da idade + 35 anos de contribuição). Neste caso, ele deve ter idade mínima de 63 anos de idade.

A lei limita esse escalonamento até 2026, quando a soma

para as mulheres deverá ser de 90 pontos e para os homens, 100.

Aposentadoria por idade

Quem não alcançar esta pontuação vai se aposentar por idade (65 anos) se tiver 15 anos de contribuição, no caso dos homens. As mulheres de aposentam a partir de 15 anos de contribuição, aos 62 anos.

Apesar da idade mínima ser de 62 para as mulheres, quem tiver 61 anos em 2021 e 15 anos de contribuição pode se aposentar, de acordo com as regras de transição, já que antes da reforma elas poderiam se aposentar aos 60 anos de idade e foi instituído um tempo de pedágio.

Idade mínima progressiva

A trabalhadora que optar por esta regra terá de ter contribuído por

30 anos e ter 57 anos de idade. O trabalhador deve ter 35 anos de contribuição e ter no mínimo 62 anos de idade.

Cálculo para a aposentadoria

Antes da reforma da Previdência, o cálculo era feito sobre 80% das melhores contribuições, feitas a partir de 1994.

Hoje o pagamento do benefício é de apenas 60% e mais 2% a cada ano contribuído que ultrapasse os 20 anos para os homens e 15 anos para as mulheres. O cálculo ainda inclui todas as contribuições, inclusive, as menores, o que baixa em muito o valor concedido, dificultando o acesso ao valor máximo da aposentadoria.

Fonte: CUT

“Sindsep Entrevista”

O programa semanal “Sindsep Entrevista”, apresenta na sexta (15/01/2021), o Coordenador Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, João Pedro Stédile, na pauta a “Reforma agrária e seus reflexos durante a pandemia”.

O SINDSEP ENTREVISTA vai ao ar todas as sextas feiras às 10 da manhã e transmitido ao vivo pela página do Sindsep/MA no [facebook.com/Sindsep.MA](https://www.facebook.com/Sindsep.MA).

SINDSEP Entrevista



RICARDO MILAN
 Jornalista - SINDSEP/MA
 DRT 785 MA



JOÃO PEDRO STÉDILE
 Diretor Nacional do Movimento dos
 Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST

(98) 2108-0001 www.sindsep.org.br [Sindsep.MA](https://www.facebook.com/Sindsep.MA) [@SindsepMaranhao](https://www.instagram.com/SindsepMaranhao)